

Recensão ao livro *Escola pública. Tempos difíceis, mas não impossíveis.*

Krawczyk, Nora (Org.) (2018). *Escola pública. Tempos difíceis, mas não impossíveis.* Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

“Escola pública. Tempos difíceis, mas não impossíveis” é o título de um livro publicado em finais de 2018 com a chancela da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Apresentando, em subtítulo, um diagnóstico preocupante da escola estatal, abre, em simultâneo, portas à sua superação. Esta é a linha de reflexão, predominantemente sociológica, que dá coerência à obra.

Resultando de um congresso internacional, com o mesmo título, realizado em 2017, aquando das comemorações dos quarenta e cinco anos dessa Faculdade, detém-se no contexto educativo brasileiro, que, à semelhança de muitos outros, segue, de maneira próxima, a ideia de educação que se afirma como global. Organizado por uma professora da Faculdade (Nora Krawczyk), que escreveu a *Introdução*, tem *Prefácio* das suas Diretora e Diretora Associada (Dirce Zan e Débora Mazza). São duas partes que, apesar de breves, traduzem um compromisso claro e, devemos reconhecer, corajoso, para com a escola pública, o qual se vê replicado nos vários textos.

A primeira autora junta-se aos que denunciam tanto a destruição orquestrada desta estrutura civilizacional como as sedutoras propostas para a substituir, adiantando que o dever dos académicos é assumir o “desafio intelectual de rebater as falácias que sustentam esse ataque cerrado (...), produzindo conhecimento que explique os reais motivos e os problemas fundamentais da educação contemporânea”. Desenvolve esta argumentação no texto que surge mais adiante, detendo-se na infiltração do poder empresarial nos sistemas de ensino, traduzida nas tentativas de os privatizar, de criar alarme social e exercer pressão política para legitimar mudanças estrategicamente direcionadas, de pugnar pelo individualismo, pela competição meritocrática, pelo empreendedorismo e pelo empoderamento, e de retirar a função docente ao professor.

As segundas autoras conferem enquadramento a esta denúncia, recordando que um dos princípios que tem guiado a instituição em causa é “contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática”, constituindo-se como um espaço plural, favorável ao diálogo sobre questões comuns. Fazem, similarmente, notar a transformação do professor de “profissional do conhecimento” em técnico que

aplica instruções e põe em prática atividades “vendidas em pacotes”, técnico que, não sendo autônomo, precisa de ser vigiado, controlado no modo como executa e, sobretudo, como encara a execução.

Co-assinam a obra investigadores de diversas universidades brasileiras (Célia Kerstenetzky, Dermeval Saviani, Reginaldo Moraes, Paulo Carrano, José Claudinei Lombardi e Renato Janine) e um investigador emérito da Universidade do Arizona (David Berliner). As suas contribuições, que complementam e reforçam as já mencionadas, organizam-se em quatro partes: “Na socialdemocracia, as bases da moderna escola pública”; “Educação pública brasileira. Uma história pontuada de momentos difíceis”; “As estratégias de destruição da escola pública”; e “Debater, propor, mobilizar: resistir é possível”.

As dificuldades identitárias que a escola pública atravessa, diz Célia Kerstenetzky, sendo sintoma claro da economia de mercado que toca outras instituições, põem em causa o próprio estado social. Foi seu objetivo explicar a evolução deste fenómeno, desde meados do século XX até ao presente, concluindo pela necessidade de “infundir vida nova ao universalismo e a novos compromissos” que reconstruam a ideia dessa organização estatal, superando tanto a tendência da desigualdade crescente como a tendência de reivindicação de direitos especiais por parte de grupos que se apresentam com “identidade especial”.

Dermeval Saviani reconhece que tais dificuldades têm uma longa história, apesar de o presente acarretar características distintivas. Designa, entre elas, a “filantropia”, de resto, já tema de um sério debate. Trata-se de uma consequência direta da demissão do Estado em matérias que não podem deixar de ser do seu encargo: no respeitante à educação, assente a ideia de que toda a sociedade tem o dever de participar nela, o currículo, os espaços e equipamentos, o acompanhamento de alunos, passam para as mãos de quem a pode financiar. Acontece que quem a pode financiar perverte-a, mercantilizando-a. Discutir esta tendência, para a reverter, deve tornar-se num propósito quer de especialistas e profissionais quer da própria sociedade. Reginaldo Moraes estende este propósito ao ensino superior público: analisada a rede de instituições e cursos disponibilizados no Brasil, conclui que as reformas a fazer, devendo ser ambiciosas face à realidade, veem-se concretizáveis.

A escola como lugar de livre pensamento – de que não pode abdicar sob pena de deixar de ser escola – é objeto de atenção por parte de Paulo Carrano. Retoma a clássica e sempre escorregadia diferenciação entre neutralidade e doutrinação para afirmar que levar as crianças e jovens a “encantarem-se com o desafio de desvendar um mundo” não é doutrinar e que em relação a esse propósito nenhum educador pode ser neutro. Isto porque, “ainda que a escola não seja, nem de longe, o único canal para o acesso ao saber, ela ainda é insubstituível como espaço-tempo

institucional para a experiência da pluralidade de pensamento que não se pode realizar senão entre diferentes que se reconhecem e se põem em relação de diálogo”. Neste raciocínio, destaca o papel do professor como “mediador de processos de elaboração compartilhada do pensar e do agir sobre a complexidade do mundo”.

Os desordenados estatutos de escola pública (estatal) e privada (particular), em grande medida decorrente da confusa ideia de “liberdade de escolha”, são aflorados por José Claudinei Lombardi, que junta a esta problemática uma outra: mesmo quando a escola é assumidamente pública vê-se cativa face à imposição de “atender às necessidades do mercado e servir para a formação de mão de obra”. David Berliner explora este cenário na conjuntura norte-americana, onde as experiências de escolas *charter* e de programas *vouchers* e *neo-vouchers* não veem confirmados os resultados, altamente positivos, que prometiam, isto por referência às escolas públicas. Mas não se fica por aqui o paralelismo com o dito por Lombardi: também Berliner denuncia a tendência curricular destas escolas para destacar as ciências e sobretudo as tecnologias, ao passo que “as humanidades e as artes não são recomendadas para a juventude!” Diz, porém, não acreditar que “as escolas públicas venham a desaparecer em breve, nem sem muita briga” e aponta “pequenos raios de esperança que permitem pensar que podemos sobreviver às investidas antidemocráticas do livre mercado, que não valorizam a educação pública”.

Deixámos para o fim o texto de Renato Janine Ribeiro pelo desafio que apresenta: “como enfrentar os tempos difíceis”. “Os tempos estão difíceis para a escola pública”, diz, “mas deveríamos pensar, sobretudo, quais os instrumentos de que dispomos para defender a causa da educação pública”. E, quando diz “deveríamos”, é sobretudo aos educadores que se refere.

Situando-nos em Portugal, onde diversas reformas no sistema de ensino, levadas a cabo neste século, têm tido o mesmo sentido do descrito na obra, não obstante as diferenças na acentuação e no ajustamento aos terrenos social e escolar, diríamos que ela constitui um valioso sustentáculo para o imprescindível exercício de repensar em profundidade a escola pública que temos e a que queremos no futuro, sem esquecer, obviamente, a função do professor nessa escola, que é de todos e para todos.

Maria Helena Damião
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra